

136/01

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PROGRAMA: JOVEM CIDADÃO - SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO

ÁREA: 4. Cidadania e Direitos Humanos

ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: SERT – Secretaria do Emprego

e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo

INSTITUIÇÃO EXECUTORA: ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou atividade, por ordem de prioridade.

Metas: Formação em direitos humanos e cidadania, elevação da escolaridade e qualificação profissional. A formação em direitos humanos e cidadania tem destaque, visto que através dela há o resgate do sujeito, auxiliando no processo de elevação da escolaridade e qualificação profissional, no entanto, estão interligadas, sem uma preterir a outra.

Objetivos: elevação da auto-estima; responsabilidade e solidariedade social; reinserção social; desenvolvimento da auto-gestão e de alternativas de inserção econômica; elevação da escolaridade.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou atividade e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O Programa, no Estado de São Paulo, encontra-se em sua segunda edição (a primeira foi em 1999), possuindo três frentes de atuação: a formação em direitos humanos e para a cidadania; a elevação da escolaridade e a qualificação profissional. Estes eixos são trabalhados em 600 horas, sendo 100 horas para a formação em direitos humanos e cidadania (aulas interativas e contextualizadas sobre o cotidiano dos alunos, relacionadas ao tema); 100 horas para a elaboração e execução de ações comunitárias, denominadas Habilidades de Gestão; 100 horas para a qualificação profissional (informática e capacitação gerencial); 300 horas para a elevação da escolaridade, através do Telecurso 2000. As primeiras 300 horas são desenvolvidas em uma etapa e as 300 horas seguintes (supletivo) em outra etapa.

Na primeira etapa, são formadas turmas de até 30 alunos em entidades parceiras (organizações da sociedade civil formais ou informais), distribuídas em 21 municípios da Grande São Paulo, interior e litoral do estado. Cada turma possui um instrutor que trabalha, até 28 horas semanais com os educandos e que conta com o apoio da entidade parceira, de um agente comunitário e de um supervisor. Estes dois últimos se responsabilizam por um grupo de turmas em determinada região, dando preferência à sua região de moradia (onde está inserido). Os supervisores visitam, no mínimo uma vez por semana, as salas sob sua responsabilidade, a fim de orientarem pedagogicamente os instrutores. A periodicidade de visitas dos agentes comunitários é a mesma, porém tem a função de apoiarem administrativamente na entrega de materiais, vales-transporte e documentos para os instrutores e na entrega de vale-alimentação para a entidade parceira fornecer o lanche dos alunos.

Os jovens tem aulas de Direitos Humanos e Cidadania, Capacitação Gerencial e Informática em sua comunidade, elevando a escolaridade, desenvolvendo a auto-estima, a valorização do espaço comum e o sentido de pertencimento ao local (os dois últimos cursos gerando alternativas de inserção econômica). Além disso, estes educandos

discutem os problemas de sua região, elaboram e executam ações, passando a valorizar o local em que estão residindo e sendo reconhecidos e valorizados por esta comunidade.

Ocorrem reuniões semanais entre a coordenação pedagógica e os supervisores visando o encaminhamento pedagógico e disciplinar. Com a mesma periodicidade os agentes comunitários se reúnem com a coordenação administrativa. Quinzenalmente, ocorrem reuniões entre a coordenação geral, administrativa, financeira, pedagógica e os supervisores.

Na etapa do supletivo, as aulas são noturnas e as visitas permanecem semanais, tanto dos agentes comunitários, como da supervisão/coordenação pedagógica. Quinzenalmente ocorrem reuniões pedagógicas entre a coordenação pedagógica e os instrutores, em pequenos e grandes grupos, visando o acompanhamento e a capacitação continuada. Semanalmente, os agentes se encontram com a coordenação para prestarem contas da parte administrativa.

3. O programa, projeto ou atividade faz parte de outras iniciativas da mesma ou outras esferas de governo (por exemplo, um projeto que faz parte de um programa geral)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

Sim. O Programa Jovem Cidadão – Serviço Civil Voluntário encontra-se ligado a dois outros projetos governamentais. Na esfera estadual, é integrante do “Jovem Cidadão” da SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, voltado aos jovens em situação de vulnerabilidade social do estado. O jovem egresso do Jovem Cidadão – Serviço Civil Voluntário, tem prioridade no atendimento do Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, desde que matriculado no Ensino Médio.

Na esfera Federal, a ligação se dá com o “Serviço Civil Voluntário”, iniciativa do Ministério da Justiça - Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Ministério do Trabalho – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. O governo federal dá as diretrizes do programa, o supervisiona, repassa as verbas do FAT. O Estado seleciona e contrata a entidade executora, dando-lhe apoio.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou atividade?

Na primeira etapa passaram pelo programa 4412 jovens, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 anos de idade completos ou a completar no ano da execução, que não trabalhavam e nem estudavam, tendo defasagem quanto a idade/escolaridade e que viviam em situação de pobreza. Sendo 45% do sexo masculino e 55% do sexo feminino. Na Segunda etapa (atual), existem 793 alunos cursando o Supletivo.

Fichas de inscrição foram enviadas e preenchidas nas Entidades Parceiras (organizações da sociedade civil formais e informais) e enviadas à executora, que verificou o enquadramento nos critérios de seleção do público alvo. Como o presente projeto visa atingir uma população com alto grau de vulnerabilidade social, em alguns locais foi aceito a entrada de jovens em idade e escolaridade próximas as propostas, isso após se verificar o extremo interesse deste jovem em buscar novas alternativas para a sua vida. No Supletivo, visto que muitos dos jovens concluintes da primeira etapa retornaram a escola formal, vagas foram abertas à comunidade, sendo muitas preenchidas pelos próprios familiares destes alunos.

Do total de 3990 jovens, previsto para a primeira etapa, trabalharam-se com 4412, representando mais de 100% de atendimento ao público alvo.

Os beneficiários participam ativamente do programa, já que este é centrado na figura do educando, durante os momentos de debate nas turmas, na definição de temas para a elaboração e execução de ações comunitárias (um maior detalhamento deste processo está descrito na questão 08)

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou atividade? Quais as fontes de recurso financeiro (locais, estaduais, federais, privadas)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou atividade?

1- Gasto orçamentário anual do projeto : R\$ 4.000.000,00
2- As fontes de recursos financeiros são: a - Recurso do Governo Federal (FAT) - R\$ 3.332.395,00 b - Recurso do Governo Estadual (Orçamento) - R\$ 71.820,00 c - Recurso da entidade (ÁGORA) - R\$ 595.785,00
3 - Porcentagem dos recursos: Governo Federal (FAT) - 83,30 % Governo Estadual (Orçamento) - 1,80 % Entidade Executora(ÁGORA) - - 14,90 %
4- Porcentagem da receita orçamentária do nível do governo estadual é utilizada -6,72%

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou atividade? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

No total são 189 pessoas na primeira etapa e 50 na segunda etapa. Funções de direção: 2 mulheres e 3 homens (na segunda etapa são 2 homens e 2 mulheres). Funções de execução: na primeira etapa, foram 122 mulheres e 62 homens; na segunda etapa são 25 mulheres e 21 homens.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Organizações Privadas: FIESP, Eletropaulo. Organizações Públicas: São Paulo: Fórum de Ação Popular da Zona Norte, Clube de Mães Vila Espanhola, Sociedade Amigos do Bairro do Parque Peruche, Centro Comunitário de Vila Penteado, Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Paróquia Nossa Senhora das Graças, Associação dos Moradores de Vila Carboni, Mosobe – Movimento Social Beneficente, Associação de Moradores do Vale Verde, Paróquia Cristo Libertador Associação Cultural e Recreativa Criança Feliz, Projeto Cio da Terra, Associação Cultural Esportiva dos Moradores da Zona Sul, Associação Movimento de Moradores do Parque Novo Santo Amaro, União dos Moradores do Conjunto Promorar do Jardim São Luis, Grêmio Recreativo do Conjunto Promorar do Jardim São Luis, Associação Beneficente das Famílias Carentes, Associação Beneficente Renovo de Obras Assistenciais, Igreja do Evangelho Quadrangular, Sociedade Amigos de Vila Antonieta, Associação Arco Íris, Associação de Mulheres de Vila Alzira, Sociedade

Cívico Cultural Amigos de Engenheiro Goulart, União de Moradores do Jardim Nova Progresso Adjacência; **Garulhos**: Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Presidente Dutra, SAB – Sociedade Amigos de Bairro Vila Isabel e Jardim Oliveira, União dos Moradores do Bairro dos Pimentas, Clube de Mães Novo Recreio, Creche Sonho de Tamires, MSTU – Movimento dos Sem-Terra Urbano, Casa de Atividades, Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Ponte Alta, Associação Filantrópica de Mães dos Pimentas, Associação Amigos Parque São Miguel e Vila Reunidas, Centro Social da Paróquia Santo Alberto Magno / Lar da Irmãs; **Caietas**: Santuário Diocesano Nossa Senhora Virgem dos Pobres, Igreja Presbiteriana de Caietas, Igreja Presbiteriana de Caietas; **Cajamar**: Associação Maria Gomes; **Itapevi**: IQFT - Instituto da Qualidade e da Formação do Trabalho; **Taboão da Serra**: Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica da Restauração de Taboão da Serra, Associação de Amigos Resplendor, Paróquia Santo Antonio Vila Iasi; **Embu**: Comunidade Cristã Plenitude de Vida; **Santana do Parnaíba**; Associação Comercial Industrial e Serviços de Santana do Parnaíba; **Arujá**: Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Arujá; **Poá**: Clube de Mães S.O.S. Mulher de Poá; **Osasco**: Associação dos Trabalhadores Desempregados da Zona Oeste; **Guarujá**: SEECLAG – Sindicato dos Empregados em Edifícios, Condomínio e de Empresa de Compras, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Guarujá e Bertoga; **Caraguatatuba**: SINDSERV – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caraguatatuba; **Bertioga**: Associação Comunitária Centro Tradições Nordestinas; **Santa Cruz do Rio Pardo**: CIPASC – Centro de Iniciação Profissionalizante para Adolescentes de Santa Cruz do Rio Pardo; **Cândido Mota**: ETE – Escola Técnica Professor Luís Pires Barbosa (Colégio Agrícola); **Pindamonhangaba**: Sociedade Civil de Ensino de Pindamonhangaba; **Espírito Santo Do Turvo**: Associação de Cultura e Meio Ambiente de Espírito Santo do Turvo; **Aguai**: Associação e Movimento Comunitário Rádio Cidadã FM; **Bauru**: AMC – Associação e Movimento Comunitário; **Gália**: AMC – Associação e Movimento Comunitário

Entidades Parceiras: abrigam e mantêm uma ou mais turmas em seu espaço, oferecendo a capacitação inicial e o material para a execução de projetos, feitos pelos alunos, de conscientização do uso da energia elétrica nas comunidades; FIESP: auxilia no Supletivo com a capacitação inicial, fornecendo o material didático e acompanhando a execução. A interação e coordenação de suas ações se dá através da equipe de coordenação da executora. A coordenação pedagógica se reúne com os supervisores orientando e encaminhando as diretrizes da ação destes com as entidades (o supervisor é o ponto de ligação entre executora e entidade), também se reuniu com a Eletropaulo e FIESP (com esta os contatos são constantes) sintonizando a proposta destas organizações com a do programa.

8. Se seu programa, projeto ou atividade envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação concretiza-se (explique os mecanismos de participação).

É dado espaço de decisão aos educandos, incentivando o conhecimento de sua região, e mediando a elaboração e execução de ações nesta comunidade. O instrutor é apenas o mediador do movimento, deixando fluir a iniciativa dos alunos. Para realização dessas ações, os jovens percorrem o seu bairro, definindo áreas de atuação e solicitando apoio local. Exemplo: elegem a gravidez precoce como um problema local, definem as escolas como área de atuação, vão negociar com as escolas do bairro o espaço e uma data para darem palestras sobre o tema; ou se definem a fome como foco de ação,

elegem famílias em condição crítica e montam cestas básicas com as doações solicitadas aos moradores e comerciantes locais. O trabalho é resultado de um processo advindo das aulas e discussões em grupo, que disponibilizou embasamento teórico, elevação da sua auto-estima (o aluno se sente útil e valorizado) e capacidade de auto-gestão (ele elaborou e executou ações no seu meio) .

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou atividade? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is)?

O desenho original do Programa (carga horária, eixos norteadores, temas a serem trabalhados) foi definido pelo governo federal em 1997, em Brasília, com o apoio dos ministros citados, de ONG's e especialistas. Para o programa em São Paulo, implementado em 1999 pela primeira vez, desenvolveram-se as especificidades da elaboração e execução das ações comunitárias pelos alunos (Habilidades de Gestão) e a inserção da figura do agente comunitário, a partir da reavaliação do programa Serviço Civil Voluntário, executado de forma piloto pela AGORA, em Brasília - 1998.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou atividade?

As etapas são: Definição das Entidades Parceiras e Locais para a Realização dos Cursos; Divulgação do Projeto; Capacitação das Entidades Parceiras; Inscrição, Seleção e Convocação dos Voluntários; Seleção e Capacitação dos Instrutores; Elaboração, Reprodução e Distribuição de Material Didático e Administrativo; Execução e Acompanhamento do Conteúdo; Feiras Regionais; Evento de Encerramento; Acompanhamento de Egressos. Mudanças que ocorreram da primeira edição (1999) para a segunda (2000): a capacitação passou a ser em três fases (presencial, à distância e presencial); a supervisão concentrou-se na parte pedagógica, os agentes assumiram a parte administrativa (em 99 os supervisores acumularam as duas funções, ficando os agentes apenas com o contato as famílias e alunos evadidos); inserção do supletivo (em 99 a elevação da escolaridade se dava por meio de cursos, só havia uma etapa); descentralização das feiras regionais (que passaram a ocorrer na própria cidade/região, mesmo que esta contasse apenas com uma turma).

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Tendo em vista o tamanho da cidade de São Paulo, podemos citar algumas físicas/geográficas como as longas distâncias e dificuldade de acesso a algumas entidades parceiras. Outra dificuldade encontrada é a complexidade das organizações da sociedade civil, principalmente da capital, o que muitas vezes problematiza o trato com as entidades parceiras. Para lidar com estes obstáculos, contamos com as figuras do supervisor e do agente comunitário, que tornam-se pontos focais de contato entre a executora e as entidades. Apesar dos encaminhamentos dados a estes profissionais, como lidamos com seres humanos, dificuldades hoje sanadas, podem retornar amanhã.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou atividade? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou atividade.

O DIEESE realizou duas pesquisas sobre a segunda edição do programa, uma quantitativa, realizada em dezembro de 2000 e uma qualitativa realizada em janeiro de

2001. Como resultados podemos indicar a avaliação dos cursos. Entre bom, regular e ruim, 97% dos alunos considerou o módulo de Direitos Humanos e Cidadania bom, o de Habilidades de Gestão (ações comunitárias) recebeu 86% da menção bom, Capacitação Gerencial – 85% bom, Informática – 75% bom. Alguns depoimentos registrados pelo DIEESE dão uma mostra mais clara dos resultados, apontando a importância do curso de Direitos Humanos e Cidadania como principal bagagem adquirida, que resultou no amadurecimento, auto-estima e valorização da família:

(...) aprendi a dar respeito e também a receber respeito, por isso hoje eu já não brigo mais com a minha mãe, a gente somos amigos (...). Também foi uma boa porque há uns tempos eu tava até se envolvendo nas drogas, com esse curso muitas conversas (...) eu tive uma conversa particular com ele (o instrutor), ele conversou comigo sobre o que era bom e o que não era pra mim, aí eu fui ficando mais velho (...) tendo um pensamento novo, e com isso eu vi que as drogas pra mim não vale a pena e nem ficar brigando com a mãe (...).” (fala de um jovem participante de uma turma de São Paulo – Capital)ⁱ

Aliás, o respeito e a ruptura do preconceito foram as questões mais ressaltadas nos grupos da pesquisa qualitativa, sobre a importância do projetoⁱⁱ. As Habilidades de Gestão foram avaliadas como fonte de desenvolvimento da autonomia, solidariedade e auto-estima dos alunos.

“Eu gostei de fazer mais o HG (...) porque se você trabalhasse em grupo, pra você fazer um projeto na área que você queria trabalhar, por exemplo na área da saúde, que daí você ia lá e pesquisava o que precisava na área da saúde, reunia o pessoal e ia trabalhar em cima (...) via assim quem tava precisando mais e fazia.” (fala de um jovem de uma turma do interior do estado)ⁱⁱⁱ

A comunidade também valorizou o jovem cidadão, como pode-se observar na fala de uma mãe de um aluno de Pindamonhangaba:

“(...) esse curso foi muito bom, porque eles (os jovens) arrecadaram um pouco de cada coisa (...) e aprendeu um pouco mais a respeitar um aos outros (...).”^{iv}

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou atividade até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

Desenvolver o protagonismo juvenil em regiões de vulnerabilidade social, fazendo com que este jovem (antes marginalizado pela comunidade local) passe a ser valorizado em seu meio, gerando a reinserção social, facilitando a sua inclusão profissional no mercado de trabalho local, tornando-o um multiplicador em seu meio.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou atividade inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Alguns pontos podem ser destacados: o programa acontece na comunidade em que o público-alvo reside (valorizando o local); a existência de educadores e agentes comunitários do próprio local; a valorização do sujeito (seja aluno, instrutor, supervisor...). Acreditamos que a aplicação de uma proposta pedagógica que privilegia o educando, valorizando o protagonismo, foi essencial para a construção dos novos saberes, que geraram as mudanças citadas na questão 12. Aliás esta tônica permeia todas as relações, visto que podemos vivenciar os papéis de educando e de educador não só em sala de aula, sendo necessário mediar (e não impor) a construção dos conhecimentos. A autonomia se desenvolveu não só nos alunos, mas na equipe de supervisores, instrutores

e agentes. Para isso também foi essencial o trabalho de capacitação e acompanhamento (não no sentido de cobrança e sim de orientação) da equipe. Os jovens recebem bolsa mensal de R\$ 65,00 (vinculada a presença as atividades), lanche e vale-transporte, mostram as suas produções em uma Feira Regional ao final do curso (a feira é organizada pelos próprios alunos) e no evento de encerramento do programa. Também há a construção de uma proposta pedagógica inovadora para o Supletivo (Telecurso 2000), sediada em associações comunitárias (inicialmente eram em empresas), contextualizada à realidade deste educando.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou atividade não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

Diretamente, os cursos de qualificação profissional e elevação da escolaridade possibilitam a inserção no mercado de trabalho, que para este público é crucial. Também é necessária a bolsa auxílio, lanche e vale-transporte, para viabilizar a sobrevivência diária. Indiretamente, os cursos de Direitos Humanos e Cidadania e as ações comunitárias influenciaram na ressignificação do sujeito e da comunidade, desenvolvendo a reinserção deste público (antes marginalizado, foco potencial de violências) e a sua valorização na comunidade.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou atividade sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

Todos os temas enfatizados, como educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, preconceito, discriminação, participação, Estado e sociedade, tolerância, foram abordados, especialmente no módulo de Direitos Humanos e Cidadania. Juntamente com as ações comunitárias, desenvolvem-se Agentes multiplicadores da Cidadania, atuantes e sujeitos de sua própria história. Constroem-se vínculos entre os educandos, com os instrutores e com a comunidade (ver questão 12).

17. Caso seu programa, projeto ou atividade já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez? Esta é a primeira vez que o programa é inscrito.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou atividade?

A vinculação e enquadramento no modelo PLANFOR (sistema SIGAE e de cadastramento), já que este programa não é apenas de qualificação profissional. A sazonalidade do programa; as verbas destinadas são para a primeira etapa, o supletivo é custeado por parcerias, no momento com a FLESP; a dificuldade em desenvolver um trabalho mais continuado com o público alvo (que acaba ocorrendo de forma voluntária e fora do programa oficial, devido ao vínculo criado entre o instrutor e os educandos).

ⁱ Projeto de Acompanhamento dos Programas de Emprego e Renda no Estado de São Paulo – PROGRAMA SERVICO CIVIL VOLUNTARIO – Pesquisa Qualitativa. Março de 2001, página 16.

ⁱⁱ Op. Cit. Página 25.

ⁱⁱⁱ Op. Cit. Página 26.

^{iv} Op. Cit. Página 25.